

## ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL: CONDIÇÕES IGUALITÁRIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS<sup>1</sup>

Karina Bittencourt Morastoni<sup>2</sup>, Adilson Giovanini<sup>3</sup>, Igor Prestes de Amorim<sup>4</sup>, João Iago Figueiredo<sup>4</sup>,  
Renata Cristina da Rosa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Economia do acesso (compartilhada) e governança pública: uma análise para os municípios brasileiros”.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração Pública – CESFI – PIVIC/UDESC.

<sup>3</sup> Orientador, Departamento de Governança Pública – CESFI – [adilson.giovanini@udesc.br](mailto:adilson.giovanini@udesc.br).

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Engenharia do petróleo – CESFI – PROIP/UDESC.

**Objetivo:** Acemoglu e Robinson (2012) definem instituições econômicas inclusivas como aquelas que estimulam a participação da população em atividades econômicas, para que façam o melhor uso de suas vocações, ao permitirem que elas realizem as escolhas que geram maior bem-estar. De acordo com os autores não adianta ter o direito de propriedade bem delineado se a população não possui acesso à propriedade. Para que as instituições sejam inclusivas é necessário que as pessoas tenham oportunidades econômicas e acesso aos recursos necessários para definirem como irão se inserir no mercado. O principal indicador utilizado pela literatura brasileira para mensurar o grau de desenvolvimento das instituições em âmbito municipal é o Índice de Qualidade Institucional Municipal (IQIM). Porém, esse indicador avalia apenas o grau de participação e as capacidades financeira e gerencial dos governos locais. Ele não abrange informações referentes à presença de condições igualitárias e serviços públicos de qualidade. Assim, esse estudo possui como objetivo revisitar o IQIM, diante das evidências empíricas mais recentes encontradas pela literatura inclusivista-estrativista institucional, ao propor um indicador capaz de mensurar a existência de condições igualitárias e serviços públicos de qualidade em âmbito municipal.

**Desenvolvimento:** De acordo com Acemoglu e Robinson (2012), para que as instituições sejam inclusivas elas devem possuir as seguintes características:

$$Inst = Prop + JUR + Serv + Cond + Lib, \quad (1)$$

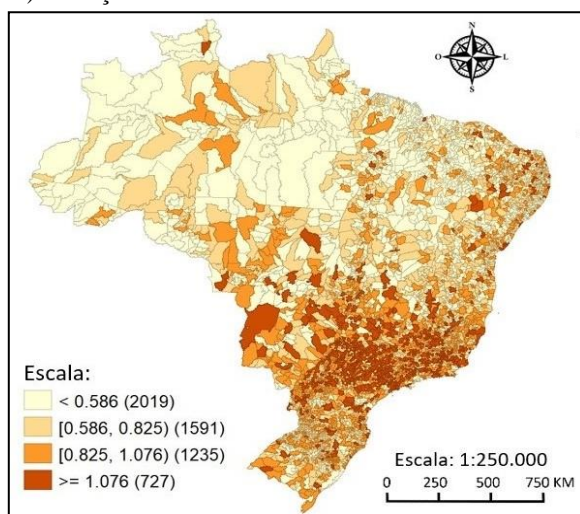
em que *Prop* identifica a presença de leis que garantam a propriedade privada; *JUR*, Sistema jurídico que atue com imparcialidade; *Serv*, serviços públicos de qualidade (estradas, transporte, infraestrutura); *Cond*, condições igualitárias; e *Lib*, liberdade de trabalho e emprego. Fatores necessários para que “as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão” (Acemoglu; Robinson, 2012, p. 59). O direito de propriedade é fundamental para se construir instituições econômicas inclusivas, pois quem tem este direito assegurado possui incentivo para realizar investimentos e aumentar a sua produção. Caso exista o risco de a produção ser roubada, expropriada ou tributada de forma exagerada as pessoas possuem pouco incentivo para investir e inovar. A Guatemala, por exemplo, era dominada por uma pequena elite cafeeira, a qual utilizava o seu poder político para garantir o acesso à mão-de-obra barata e terras. Assim, apesar dos direitos de propriedade serem bem definidos, apenas a elite possuía acesso a propriedade, em detrimento da maior parte da população.

**Metodologia:** o estudo é considerado de natureza aplicada e abordagem quantitativa. Ele revisita o principal indicador utilizado pela literatura para mensurar a qualidade das instituições locais em

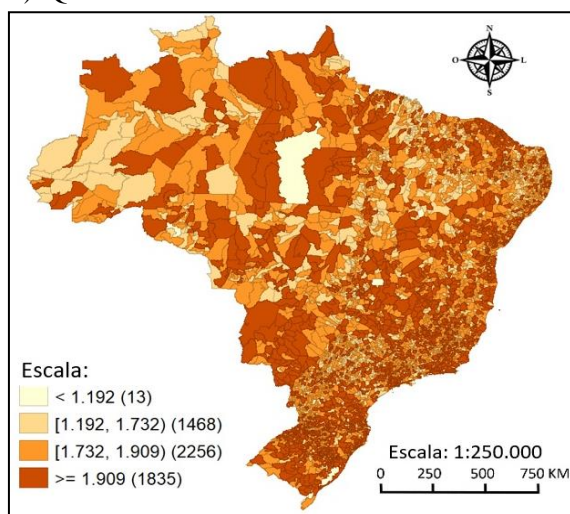
âmbito nacional, o IQIM. Informações de condições igualitárias e acesso aos serviços públicos, tabuladas para os 5.570 municípios brasileiros para o ano de 2021, são utilizadas para desenvolver um indicador mais abrangente. A presença de serviços públicos é mensurada por meio de dados de acesso ao esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos urbanos, abastecimento de água, e ruas pavimentadas e com meio-fio, disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS). Já a presença de condições igualitárias é mensurada por meio de dados referentes ao: 1. Percentual de famílias em situação de extrema pobreza, extraídos do Cadastro Único, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e o 2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), fornecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Resultados:** assegurar serviços públicos de qualidade depende do Estado, como impor a lei, estabelecer direitos de propriedade e liberdade para firmar contratos. Os resultados iniciais obtidos demonstram que o IQIM, apesar de mensurar a qualidade da gestão municipal, não possui relação com os serviços existentes nos municípios. O fato de possuírem uma elevada capacidade financeira não implica em serviços públicos de qualidade. O Mapa 1 mostra que a cobertura dos serviços municipais apresenta um padrão claro de distribuição espacial com maior presença em agrupamentos das regiões Sudeste e, em menor escala, Sul, em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Por sua vez, o IQIM não exibe um padrão claro de distribuição espacial. Vale dizer, o fato de os municípios apresentarem elevada qualidade institucional não implica na presença de elevada cobertura dos serviços públicos.

a) Serviços



b) IQIM



**Mapa 1** – Distribuição espacial do IQIM e dos serviços públicos para os municípios brasileiros, Fonte: elaborada pelos autores (2023).

## Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Editora Intrínseca, 2012.

NAKABASHI, Luciano. A importância da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, p. 465-493, 2021.

**Palavras-chave:** Instituições Inclusivas. Condições Igualitárias. Serviços Públicos.